

Campo, gênero e academia: notas sobre a experiência de cinco mulheres brasileiras na Bolívia

CAROLINE COTTA DE MELLO FREITAS*

Escola de Sociologia e Política de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

RAFAELA NUNES PANNAIN

Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, São Paulo, São Paulo, Brasil

HELOISA MARQUES GIMENEZ

Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil

SUE A. S. IAMAMOTO

Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, Brasil

AIKO IKEMURA AMARAL

University of Essex, Colchester, Essex, Reino Unido, CAPES, Brasil

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v26i1p348-369

resumo Neste artigo, apresentamos um debate sobre a relação entre gênero e trabalho de campo, formulado a partir de nossas experiências na Bolívia e buscando consolidar uma crítica ao machismo na academia. Com trajetórias disciplinares distintas (antropologia, ciência política, relações internacionais e sociologia), apresentamos relatos sobre como ser mulher marcou diversos momentos da nossa pesquisa, desde escolhas de lugares nos quais trabalhar e nossos acompanhantes durante o campo a que fontes iríamos consultar. O ponto central deste trabalho é o entendimento de que a suposta “neutralidade acadêmica” vigente, que tem o masculino como norma, ignora o assédio e a violência sexual como problemas do campo e da produção acadêmica como um todo, isolando-os como problemas da mulher. Pretendemos, assim, contribuir com o desenvolvimento de um léxico comum que permita a outras mulheres pesquisadoras abordar suas problemáticas em campo sem se sentirem menos capazes ou marcadas por sentimentos de culpa e vergonha.

palavras-chave trabalho de campo, gênero, machismo, Bolívia, pesquisadoras mulheres.

* Participamos igualmente da elaboração do texto, no processo de coautoria com prazeres e ensinamentos. Seguindo um costume feminista, nossos nomes aparecem em ordem de idade.

Fieldwork, gender and academy: notes from the experience of five Brazilian women in Bolivia

abstract We discuss the relation between gender and fieldwork research, building on our own experiences in Bolivia and with a critical take on the sexism that permeates the academia. Through our narratives, we argue that being a woman has affected various moments of our research, from the choice of the locality, to whom would accompany us in the fieldwork, to the sources that we would access. Coming from different backgrounds (anthropology, international relations, political science and sociology), our main goal is to highlight that the prevailing (and supposed) ‘academic neutrality’ hides a masculine norm. As a result, any form of sexual harassment and/or violence experienced by female researchers is not taken as problems of and for the fieldwork and the research in general, but as ‘women’s issues’. We work to consolidate a common lexicon that will help other female researchers to address similar issues.

keywords fieldwork, gender, sexism, Bolivia, female researcher.

Introdução

Após mais um dia de fracasso do nosso surrado repertório (sorriso amarelo; no-entiendo-bien-castellano; a altitude me deixa com dor de cabeça à noite), chegamos as duas à mesma conclusão: um par de alianças. Eu uso uma, você usa a outra. Um pouquinho de metal dourado no dedo certo: o nosso trunfo da vez para lidar com os meandros de ser mulher em pesquisa de campo na Bolívia

No presente artigo, apresentamos um debate sobre a relação entre gênero e trabalho de campo, formulado a partir de nossas próprias experiências e buscando consolidar uma crítica ao machismo na academia. Nós somos brasileiras e nos encontramos por meio das nossas pesquisas na Bolívia. Nossas trajetórias atravessam fronteiras disciplinares – antropologia, ciência política, relações internacionais e sociologia – e nosso trabalho no país foi (e é) parte central do desenvolvimento de nossas dissertações de mestrado, teses doutorais e artigos acadêmicos. Juntas, somamos vários anos de experiência na Bolívia e dividimos nosso conhecimento, interesse e amor pelo país, ainda que nossos temas de investigação sejam distintos.

Nosso grupo começou a se constituir em 2009. Uma vez que são poucas as pessoas que estudam temas relativos ao país, via de regra, amigas e amigos comentavam de pessoas que conheciam que se dedicavam a pesquisas similares. Rapidamente nos colocavam em contato, o que envolvia primeiramente a troca de livros, arquivos em PDF e fotocópias, já que o acesso à bibliografia

sobre a Bolívia no Brasil é difícil. Depois, já em campo, compartilhamos casas, descobertas, alegrias e adversidades. Constituímos importantes fontes de apoio umas para as outras e, desde o início, o tema de gênero e campo - em outras palavras, como ser mulher brasileira pesquisadora na Bolívia - perpassava quase todas as nossas conversas. Assim, este texto é o resultado do conjunto de reflexões que temos desenvolvido nos últimos anos, em especial ao longo de 2017, que aqui tomam uma forma mais organizada.

Apesar da existência de um número considerável de trabalhos que abordam gênero e campo¹, especialmente em língua inglesa, o fato é que estes trabalhos são periféricos e passam longe da bibliografia das nossas disciplinas metodológicas. Se foi com homens ligados à antropologia social britânica² que a ideia de trabalho de pesquisa intensiva e extensiva em campo se desenvolveu e consolidou, com elaborações e reflexões que se tornaram célebres, a realização de pesquisas deste tipo por mulheres, algo que não é novo, raramente foi objeto de destaque nos círculos acadêmicos. Contudo, é digno de nota que, com o avanço dos debates sobre gênero na esfera pública, com a publicização dos casos de assédio na indústria cinematográfica e na academia norte-americana³, esta faceta do trabalho acadêmico também tenha se tornado, finalmente, uma pauta de destaque.

Vicissitudes diversas marcam a realização do trabalho de campo. Em contextos interculturais, a intensa imersão social por largos períodos sujeita a pesquisadora a uma série de riscos muitas vezes não considerados no momento da elaboração do projeto. As dimensões “encorporadas” [embodied] das interseccionalidades de classe, raça, gênero, origem e idade, por exemplo, têm sido cada vez mais alvo de reflexões sobre as relações de poder que emergem do posicionamento da pesquisadora em campo. Informada, em particular, pelas críticas feministas e descoloniais, esta reflexão tem conduzido, por um lado, à promoção da horizontalidade das relações em campo, através da incorporação de métodos críticos, colaborativos e ativistas (BROWN; STREGA, 2005; HALE, 2006; RAPPAPORT, 2008).

Menos discutido, por outro lado, a posicionalidade da pesquisadora pode também incorrer em sua maior vulnerabilidade, expondo-a a situações peri-

¹ Ver, por exemplo, os volumes editados por Peggy Golde (1986); Diane Bell, Patrícia Caplan e Wazir-Jahan Begum Karim (1993); Diane L. Wolfe (1996), e também o texto de Heloisa Buarque de Almeida (2002) no volume editado por ela, Rosely Costa, Martha Ramírez e Erica Souza.

² Como Rivers (1906), Radcliffe-Brown (1922), Malinowski (1922) e Evans-Pritchard (1937), por exemplo.

³ Recentemente, uma acadêmica estadunidense montou uma pesquisa online para recolher declarações anônimas sobre o assédio sexual na academia. Em menos de um mês, a pesquisa já juntava mais de 2000 depoimentos. O link para a pesquisa é: <https://theprofessorisin.com/2017/12/01/a-crowdsourced-survey-of-sexual-harassment-in-the-academy/>.

gosas ou mesmo danosas a sua saúde e integridade física e mental (BERRY et al, 2014; ROSS, 2014). Em um caso extremo, Eva Moreno (1995, *pseudônimo*) relata a eminência e consumação da violência sexual – seu estupro por seu assistente de pesquisa na Etiópia. Além da brutalidade da violação sofrida, o texto de Moreno aponta como o machismo profundamente imbricado com a prática e estrutura do trabalho acadêmico se revela em outros momentos de sua pesquisa. Está presente desde a inserção da pesquisadora no contexto da disciplina, passando pela resposta de seu orientador de doutorado ao relato do estupro ao retornar à sua instituição de ensino na Suécia, até a recusa por parte da editora *Routledge* em identificar a autora do texto – de forma a proteger a identidade do agressor e não da própria pesquisadora – duas décadas após os eventos narrados terem ocorrido.

Ainda que não tenhamos vivenciado uma situação da gravidade daquela por qual passou Moreno, diversos dos questionamentos, sentimentos e outras situações relatadas pela autora são demasiado familiares para serem exclusivas. Na realidade, são de tal forma transversais ao nosso período em campo que estratégias para contornar, mitigar, evitar e superar tais experiências foram, como apontamos no início, um tópico corrente de nossas reflexões. Mais relevante, elas serviram de base para o estabelecimento de laços profissionais e pessoais entre nós, fomentando uma crítica sobre a ausência de reflexão acerca da posição de mulheres no trabalho de campo e na academia como um todo – um “grupo de sobrevivência” que também rendeu frutos distintos na intersecção de nossos temas de pesquisa.

A partir da nossa experiência e informadas pela leitura do texto de Moreno e de outras antropólogas que problematizaram questões similares, pretendemos neste artigo avançar na discussão sobre o machismo durante a experiência do trabalho em campo, entendendo o machismo como algo que se reproduz de maneira sistêmica na prática acadêmica. Destacamos que, em função de seu gênero, mulheres estão sujeitas a uma série de violências que se manifestam de forma intensa em contextos interculturais encontrados ao realizar trabalho de campo. Estas formas de violência, no entanto, são exacerbadas pela ausência da real consideração destes riscos, uma vez que estas questões não são trabalhadas durante a formação das pesquisadoras, algo que reflete, por sua vez, o machismo estrutural da academia, que define a produção do conhecimento a partir do ideal *do pesquisador*.

Contudo, sabemos que nossa experiência também contém especificidades e não buscamos falar desde um suposto sujeito feminino universal. Não abarcamos neste texto outras experiências que resultam das diversas intersecções entre gênero, raça, classe, origem, capacidade de corpos, sexualidade (entre outros marcadores sociais da diferença), também centrais para a problematização deste ideal de pesquisador universal. Uma série de privilégios marcaram nossa vida acadêmica: somos oriundas da classe média de cidades do cen-

tro-sul do Brasil, formadas pelas universidades de maior prestígio em nossas respectivas áreas, tendo todas em algum momento passado pela Universidade de São Paulo durante nossa formação. Somos, para vários efeitos, brancas. Somos também cisgênero, heterossexuais e nenhuma de nós é mãe. Entretanto, trazemos reflexões baseadas em nossas experiências sabendo que, ainda que limitadas em suas generalizações, são um lugar-comum para muitas mulheres em distintas áreas de pesquisa, cobrindo desde o desenho até a realização e a análise dos resultados do trabalho de campo.

Entendemos que a suposta neutralidade acadêmica ignora o assédio e violência sexual como problemas do e para o trabalho de campo, tratando-os como questão constitutiva do ser mulher, destarte afetando apenas às pesquisadoras e não ao método e à produção acadêmica como um todo. Estas adversidades vividas em campo são, então, reproduzidas cotidianamente após o encerramento deste, por meio de práticas acadêmicas nas quais a “neutralidade” encerra a norma masculina. Esse processo tem como resultado uma série de questionamentos acerca da capacidade das pesquisadoras, que podem refletir não apenas em sua inserção no meio acadêmico, mas também em sua autoconfiança.

Mais além, é fato que a realização da pesquisa em campo é elemento essencial não apenas do fazer antropológico, dado que a adoção de métodos qualitativos com pesquisa *in loco* em contextos interculturais é comum a diversas disciplinas. Entendemos que nossa diversidade de experiências tem a contribuir para fomentar o debate que ultrapasse as divisões acadêmicas, desde a experiência de mulheres que, como todas, enfrentam diariamente o machismo nas diferentes áreas de conhecimento. Mantemos a experiência do trabalho de pesquisa em campo como eixo de nossa argumentação, dado que esta é elemento indispensável em nossas pesquisas.

O texto está estruturado da seguinte maneira. Após esta introdução, apresentamos uma reflexão sobre os mecanismos de construção da diferença e da identidade e suas manifestações na interação entre pesquisadora e o trabalho de campo, incluindo pessoas e espaços com os quais nos relacionamos, de forma a apontar algumas ambiguidades nesse processo (seção 1). Mantendo em mente o jogo de estereótipos que estrutura a inserção e experiência de mulheres no trabalho de campo, discutimos então sobre a noção de “estar acompanhada” como forma de evitar assédios e avanços indesejados (seção 2), seguido de uma reflexão sobre situações nas quais a nossa suposta disponibilidade romântica e/ou erótica enquanto mulheres desacompanhadas abriu espaço para tais avanços, sobre os quais sentimos culpa, medo e vergonha (seção 3). Essas duas seções (2 e 3) utilizam-se de relatos em primeira pessoa os quais, quando contrastados, ilustram como acabamos por reforçar estereótipos femininos com os quais discordamos fundamentalmente como forma de salvaguarda de nossa integridade física e mental mas também - e, às vezes, até principalmente

- da continuidade de nossas pesquisas. A seguir (seção 4), argumentamos que essa posição, mais que apontar para o machismo que atravessa a sociedade na qual realizamos nossas pesquisas, reflete um machismo estrutural da prática acadêmica, na qual questões acerca da subjetividade generificada das pesquisadoras são ausentes do debate de diversas disciplinas. Concluimos o texto com apontamentos para contribuir para a formação de um léxico para uma postura crítica que leve necessariamente em conta a experiência de pesquisadoras mulheres como conformadora do trabalho de campo e não exceção decorrente de seu gênero. Cabe destacar que os relatos são todos apresentados em primeira pessoa na busca por anonimizar, dentre as autoras do texto, quem de fato vivenciou tal experiência. Não há nenhuma forma de ficcionalização, muito embora alguns detalhes tenham sido omitidos também para dificultar a identificação da autora do relato em particular.

Jogo dos estereótipos de sexo e gênero em campo

O jogo de estereótipos, envolvendo gênero, idade e raça (entre outros marcadores sociais da diferença) se apresenta desde o processo de formação de pesquisadoras e pesquisadores até a realização do trabalho de pesquisa em campo e a redação de dissertações e teses. Esse jogo influencia o modo como nossas identidades e autopercepções como pesquisadoras se constituem, já que as relações de alteridade e a construção do outro e de si são processos complexos de estabelecimento dos limites da diferença e de produção de identidade. Os mecanismos de construção da diferença e da identidade costumam estar relacionados a aspectos profundos que caracterizam os processos, modos de ser e viver que operam em uma sociedade. Tais mecanismos, ao fim, são uma forma de reificação de algo que é parte do conjunto de ideias e representações que caracterizam uma sociedade e fazem parte de sua história (FREITAS, 2013, p. 26). Isto é, como pesquisadoras, somos fruto de nossa sociedade, do conjunto de ideias e valores que caracteriza a disciplina na qual nos formamos, das opções teórico-metodológicas que fazemos, de nossos posicionamentos políticos frente ao mundo e dos princípios que defendemos. Sendo assim, o modo como nos portamos e as opções que fazemos são informados por todos esses aspectos, algo que afeta nosso estar no mundo, inclusive quando estamos realizando trabalho de pesquisa em campo em contextos culturais diversos do nosso.

O jogo de estereótipos tem consequências na consecução de nossas investigações em campo, com implicações que vão desde os contatos que estabelecemos ou não, passando por detalhes relativos às nossas escolhas sobre encaminhamentos da pesquisa. Nossas vivências e interações em campo, também as pessoais, fora do escopo da pesquisa, são perpassadas por tudo isso. Tendo em vista que esses marcadores da diferença nos são impostos, o que está em ques-

tão é quais são as opções disponíveis às pesquisadoras dentro desse limitado e precário repertório de ação. Assim como no caso da decisão de ir sozinha ou acompanhada a campo, a negociação cotidiana desses estereótipos ao longo do trabalho de campo impõe dilemas metodológicos, éticos e pessoais.

É um tema comum na antropologia feita na Bolívia (ABSI, 2005; HARRIS, 2000) que, quando em campo, as mulheres pesquisadoras que vêm de outras culturas são vistas como isentas de certos papéis e obrigações de gênero locais. Como se, por sermos pesquisadoras e estarmos naqueles locais por motivos de trabalho, estivéssemos livres dos efeitos que os estereótipos de gênero locais implicam nas vidas das mulheres. Nas terras altas bolivianas, por exemplo, as diferenças entre as mulheres indígenas e as *gringas* pesquisadoras são gritantes: elas usam saias rodadas e volumosas (*polleras*), nós vestimos calças; elas equilibram chapéus-coco na cabeça, nós levamos no máximo um chapéu de estilo caubói; elas têm tranças lustrosas, nosso cabelo vai despenteado ou em um rabo-de-cavalo; elas usam sapatilhas, nós calçamos um par de botas impermeáveis. Isso sem mencionar todas as diferenças fenotípicas de cor de pele, altura, tipo de cabelo etc.

Obviamente, as características de uma cultura de fora, ocidentalizada, somadas ao status da pesquisa científica estrangeira, dotam as *gringas* pesquisadoras de uma possibilidade de cruzar fronteiras das relações de gênero não oferecida às mulheres bolivianas. Contudo, isso não significa, como seria do nosso desejo, que *gringas* pesquisadoras consigam ser/estar neutras com relação ao sistema de gênero local. Nós somos vistas de maneira generificada na sociedade boliviana de maneira geral, na comunidade científica local e pelas pessoas com quem interagimos na pesquisa específica que realizamos. A diferença é que o tipo de expressão de nosso gênero e sexualidade muda com relação às mulheres locais. Às vezes representamos oportunidades de casamento e imigração para um país mais rico, às vezes somos vistas como fontes de experiências sexuais exóticas ou que podem ser vividas fora dos laços tradicionais da sociedade local.

De todo modo, ainda que pretendêssemos reiterar uma identidade como pesquisadoras “não-generificadas” ou masculinizadas, dificilmente éramos bem-sucedidas nessa estratégia. Durante o trabalho de campo, tivemos que lidar com perguntas constantes sobre o nosso estado civil. Particularmente quando vinda de homens, essa pergunta tendia a ser seguida de uma série de outras. Se a resposta era a verdadeira e, portanto, negativa, muitas vezes as próximas indagações eram recheadas de insinuações sexuais (como “quero casar com uma mulher brasileira”) ou morais (como “quem não é casada não pode alugar quartos em minha casa”). Ao compartilharmos entre nós estas experiências, constatamos que o desconforto constante com este tipo de reprimendas e avanços indesejados resultou em que todas nós em algum momento mudássemos de estratégia. Em vários momentos decidimos dizer que tínhamos um

compromisso, que estávamos comprometidas/“noivas” ou que éramos casadas. Essa resposta era muitas vezes seguida de questionamentos sobre as permissões conferidas pelos nossos supostos “noivos” e/ou maridos, sobre a data do casamento e/ou sobre a ausência de uma aliança de casamento na mão esquerda – coisa que pouquíssimos dos nossos entrevistados casados possuíam.

É fato que a realização de um trabalho de campo por tempo extenso implica, quase que impreterivelmente, no estabelecimento de relações de intimidade, amizade, companheirismo e, eventualmente, até mesmo amorosas no local onde estamos. Além disso, as relações entre a pesquisadora e as pessoas que ela conhece em campo e que participam diretamente da pesquisa devem ser baseadas na construção de laços de confiança e respeito mútuo, sem os quais a pesquisa seria impossível. Esses laços tecidos no trabalho de campo fazem com que, de forma inevitável, a pesquisadora exponha também sua vida pessoal ao olhar e escrutínio do outro. Mas é importante notar que o esforço para reduzir as diferenças de hierarquia que podem surgir entre pesquisadora e entrevistado/entrevistada, se bem-sucedido, pode tanto igualar a relação entre as partes quanto reforçar vulnerabilidades, sejam elas em termos de raça, classe, idade ou gênero.

Desde o ponto de vista ético, reduzir o interesse sobre nossas escolhas pessoais choca-se com a ideia de criar uma relação o mais horizontal possível com as pessoas com quem nos relacionamos em campo. Esse tipo de dilema tem aspectos éticos, metodológicos e políticos. Pois também é importante destacar que, para todas nós, nos apresentarmos como comprometidas (“noivas”) ou casadas causava incômodo, pois reforçava um certo estereótipo sobre a mulher e ia de encontro com nossos princípios, reforçando a ideia de que a mulher deve “pertencer” a um homem para ser respeitada e de que uma mulher solteira não pode ter sua vida independente.

Negociando nossa presença

Dado o constante escrutínio acerca de nossa vida particular e a necessidade de, no mínimo, contorná-lo para avançar com a pesquisa, adotamos diferentes estratégias para garantir nossa segurança durante o trabalho de campo. O medo de que episódios não incomuns de assédio possam desencadear alguma situação de violência extrema é um elemento central que tomamos em conta, fazendo com que não irmos ou não estarmos sozinhas durante o campo seja uma das nossas principais estratégias de segurança.

Para realizar trabalho de campo em um ambiente desconhecido, é de grande importância o contato, desde o princípio, com informantes que nos guiarão no entendimento da história local e de suas regras sociais e nos apresentarão aos demais membros da comunidade, organização, etc. Essas pessoas garantem, em certa medida, a legitimidade da nossa presença e das nossas intenções.

Por sermos mulheres pesquisadoras, esses interlocutores podem ser percebidos igualmente, tanto pelos atores locais quanto por nós, como “protetores” da nossa integridade física. Essa garantia é ainda mais importante quando o tema escolhido para a pesquisa demanda a imersão em espaços predominantemente masculinos. Contudo, para que esta pessoa exerça uma função protetora, é necessário contar com uma relação de confiança profunda e mútua, muitas vezes difícil de encontrar.

Outra forma de adentrar o campo com mais segurança é estar acompanhada por colegas de profissão e companheiros de vida. Essa decisão, contudo, tem motivações e consequências diferentes para homens e mulheres, às vezes afetando de maneira indesejada nossas relações em campo. Abaixo seguem quatro relatos que abordam nossas escolhas sobre os espaços e nossas companhias ao fazer trabalho de campo, assim como algumas das suas consequências.

A rede de segurança

Fui aconselhada a trabalhar em uma região da Bolívia onde a presença de mulheres nos espaços da política era mais corrente. Meu principal informante era um homem bastante respeitado localmente. Com a sua intermediação e a permissão de autoridades locais, tive acesso a esses espaços, que em realidade eram predominantemente masculinos, ainda que algumas mulheres ocupassem cargos importantes naquela localidade e na organização regional. Todos os meus companheiros de viagem pelas comunidades eram homens, assim como a grande maioria dos meus interlocutores. Sempre me senti em segurança durante essas viagens e nunca sofri nenhum assédio enquanto estive acompanhada. Houve uma insistência para que eu dormisse sozinha em um espaço separado daquele destinado aos homens com quem eu viajava. Era um cuidado que, de alguma forma, implicava igualmente uma exclusão.

A importância dessas companhias para a minha integridade física ficou evidente quando fui com outros pesquisadores e pesquisadoras participar de uma reunião com autoridades regionais em um município vizinho, sem ser formalmente “apresentada” por pessoas da organização ou das comunidades locais. Fui assediada insistentemente por um membro da organização, que me tocava de forma, no mínimo, inconveniente e me seguia por todos os lados. Embora tivesse planejado ficar mais tempo naquele município para a realização de entrevistas, tive que partir junto com os de-

mais pesquisadores e voltar para o local no qual eu havia construído uma rede de informantes e amigos. Ali eu me sentia em segurança.

O reconhecimento do colega pesquisador, homem

Fui com meu amigo e doutorando, um europeu, a um protesto contra a proposta de mudança constitucional de Evo Morales. Começamos a caminhar para tentar conversar com as lideranças e participantes. Depois de uns 10 minutos, ele já havia sido redirecionado para conversar com o líder do grupo que organizava o protesto e informado sobre uma marcha que seria realizada na próxima semana. Enquanto isso, eu ainda conversava com algumas pessoas que relutantemente respondiam minhas perguntas. Seguimos no protesto. Quase todas as lideranças eram homens, com exceção de uma mulher. No final da caminhada, chegamos a um palco no qual as lideranças se alternavam para darem sua opinião sobre o referendo e apresentar o posicionamento de suas organizações. Terminadas as falas, um jovem se aproxima do meu amigo e o convida para participar de uma reunião em separado, na qual apenas membros de alguns grupos poderiam participar. Ele não dirige a palavra a mim. Vou junto, mesmo assim. Chegando lá estamos sentados na plateia, quando o líder do movimento indígena que organizou a fala disse “Temos aqui um amigo do exterior, que nos apoia na nossa luta! Suba ao palco e explique o que as pessoas de fora estão pensando do que está acontecendo por aqui!”

O sucesso instantâneo de meu amigo com os movimentos sociais ali organizados resultou num convite, a ele, para participar da marcha. Fomos com um grupo de jovens. Eu, que por razões anteriores já estava um pouco temerosa de ser apresentada como uma mulher sozinha fazendo trabalho de campo, disse que, caso a pergunta surgisse, eu era sim, a companheira dele. A pergunta surgiu logo na conversa e prontamente eu era a namorada dele. Fomos para a comunidade de onde começaria a marcha. Sentada na van, um dos jovens foi flertando comigo durante todo o percurso, ainda que meu “namorado” estivesse no banco logo a frente. Ele me dizia sobre como preferia gringas e se gabava de atualmente estar saindo com duas mulheres europeias.

A cidade como refúgio

Perto do final de meu período em campo, depois de vários meses de tentativas e no auge de meu desespero, encontrei com um intelectual boliviano em uma reunião social, na casa de uma amiga comum, e comentei que estava tendo dificuldades para realizar entrevistas. Ele imediatamente se dispôs a me ajudar, ele próprio me concedeu uma longa entrevista e me colocou em contato com pessoas que poderiam me ajudar. Dessa maneira, por meio dos contatos dele, consegui, finalmente agendar entrevistas. Em uma dessas entrevistas, depois de me apresentar novamente e explicar sobre o que iria perguntar, o senhor pediu que as moças que trabalhavam na sala saíssem, para começarmos a entrevista. Achei desnecessário, mas normal. Iniciei a entrevista e tudo correu bem. Ao final, já na presença das duas moças, o senhor me perguntou onde eu estava hospedada, disse que em Sopocachi (um bairro paceño) e ele respondeu com um sorriso: “Achei que estava no Radisson (hotel elegante) e que me convidaria para conhecer seu quarto.” Estava arrumando meu gravador e caderno na bolsa, levantei a cabeça incrédula e titubeei a responder. As moças riram, eu sorri e disse que não, que vivia com um grupo de amigos.

Minha escolha por estudar um movimento social com sede urbana e em La Paz não foi casual. Eu queria ter a sensação de que sabia onde estava, uma cidade grande como La Paz me permitia isso, além de me dar a possibilidade de voltar para uma casa que seria a minha por aqueles meses. A segurança de ter um lugar meu para me refugiar era fundamental. Após minha chegada em La Paz, deixei de cogitar incursões pela área rural do altiplano. E fiz isso ao ouvir sobre violência sexual com mulheres no campo e sobre os perigos de viajar sozinha pelo interior da Bolívia. Como, para execução de minha pesquisa, podia, perfeitamente, estar em La Paz, assim o fiz. No entanto, é evidente que isso não me poupou de situações incômodas e de dificuldades em campo por ser uma pesquisadora brasileira.

Estar casada em campo

Dois anos depois da última viagem ao campo, voltei à localidade estudada para dar seguimento à minha pesquisa. Dessa vez, optei por ir com o meu companheiro. Inúmeros

fatores motivaram essa decisão. Queria que ele conhecesse aquele lugar de onde vinham tantas das minhas histórias e compartilhar com ele a experiência do campo. Igualmente importante para mim era a sensação de segurança que a presença dele representava, principalmente no longo e complicado acesso ao campo. Sempre deixamos claro que eu era a pesquisadora e que ele estava lá para me acompanhar, procurando assim evitar que meu lugar de interlocução fosse prejudicado. Sem dúvida eu me sentia bastante segura, inclusive em espaços externos às organizações com as quais trabalhava, nos quais uma estrangeira não era bem-vinda, por desconfiarem de alguma proximidade minha com a política local. Contudo, a presença do meu companheiro teria consequências que eu não havia previsto. A mais importante foi o fato do meu principal interlocutor – com quem havia realizado parte do trabalho de campo dois anos antes e com quem vinha organizando o campo por meio de conversas nas semanas que antecederam a viagem – decidir não me encontrar ao descobrir que eu estava acompanhada, como ele mesmo me explicou por mensagem.

A escolha de fazer campo acompanhada – seja de interlocutores locais, de colegas pesquisadores ou de seus companheiros – pode ser uma estratégia das mulheres em busca de segurança. Contudo, ela tem um custo. Como ilustram os relatos acima, a proteção conferida por um homem pode segregar a pesquisadora, dificultando seu trabalho. Ao mesmo tempo, embora a companhia de um homem possa aumentar a nossa sensação de segurança, principalmente em espaços predominantemente masculinos, ela tampouco é uma garantia de que não sofreremos assédio. Mais além, ela pode contribuir por reforçar um ideal patriarcal de que uma mulher deve estar acompanhada para ser respeitada, de que, sem um homem, ela estaria disponível.

Culpa, medo e vergonha

Como salientado acima, a sugestão de estarmos acompanhadas é, por vezes, uma forma em parte bem-sucedida de evitar assédios ou avanços indesejados durante o trabalho de campo. Acompanhadas ou não, a subjetividade das pesquisadoras não é isenta de dimensões eróticas e sexualizadas. De fato, o flerte – entendido como a “interação social comunicativa e encorporada [embodied] ... na qual atração sexual com relação ao interlocutor é expressa” (KASPAR; LANDOLT, 2016, p.108) – se trata, portanto, de uma interação possível no contexto do trabalho de campo, a partir do qual podem, inclusive,

ser estabelecidos vínculos românticos e sexuais consensuais. Há, entretanto, “muitos tons de flerte, desde tentativas tímidas e relutantes ... até atos desrespeitosos e humilhantes, potencialmente incluindo o assédio sexual” (KASPAR; LANDOLT, 2016, p.108). Quando essas interações se dão unilateralmente, de maneira a avançar a despeito dos desejos e atitudes das pesquisadoras, estas se veem obrigadas a lidar com constrangimentos diversos e com o medo constante do estupro, tais quais relatados em Moreno (1995) e Berry et al (2017).

Seguimos com cinco relatos. Nos momentos em que refletíamos sobre eles, persistia a sensação de que “não aconteceu nada” ou de que “poderia ter sido muito pior”. Mas, se a possibilidade do estupro põe nossas experiências em perspectiva, não são inexistentes os sentimentos de culpa, medo e vergonha. Culpa por nos encontrarmos em uma tal posição; medo de que essas experiências possam resultar em atentados contra nossa integridade física e mental, mas também acadêmica e profissional; e a vergonha por vivenciarmos, sermos vistas em e relatarmos tais situações. Estas se deram com homens de distintas idades, classes sociais, grupos étnicos e até mesmo nacionalidades. Elas envolvem sugestões, comentários, toques, e avanços indesejados por parte destes homens, alguns dos quais em posições críticas para o desenvolvimento da pesquisa de campo. Os casos abaixo sublinham, porém, como essas situações podem ter efeitos substantivos no acesso a dados e contatos e também minar a confiança em dar prosseguimento ao trabalho de campo.

As noites

Um dirigente departamental foi meu guia informal em uma pesquisa sobre movimento rural nas terras baixas bolivianas. Acampamos em diversas ocasiões. Certa vez, o dirigente me pediu para massagear suas pernas e costas, que doíam pelo esforço prolongado. Ele devia ter entre 40 e 50 anos, achei que de fato devia estar cansado e dolorido. Além disso, me sentia culpada porque eu era o motivo pelo qual ele havia andado tanto aquele dia. Apesar da massagem ser um ato íntimo e da situação me incomodar, não consegui dizer não. No final, ele me agradeceu e foi dormir. Em outro momento, em uma noite chuvosa, ele adentrou minha barraca pois se molhava em sua rede e precisava dormir em um local seco. Fiquei assustada, mas decidi que parecia justo que ele dormisse um pouco. Disse que já havia dormido suficiente, deixei ele entrar e saí. Passei o resto da noite olhando a chuva acordada, meio com raiva, meio orgulhosa da minha decisão, meio querendo sair dali.

Anos depois, retornei a campo – agora nas terras altas – com uma ideia mais clara das situações que eu deveria evitar, como viajar sozinha com um guia. Mas os medos também haviam crescido e não parava de pensar no estupro recente de uma pesquisadora do censo agropecuário em uma localidade próxima. Viajei, então, acompanhada por uma trupe de homens formada por dirigentes, assessores e um padre, o que me acalmava, afinal não estaria desacompanhada em momento algum. Até que chegamos na localidade e fui levada ao quarto onde eu dormiria sozinha. A centenas de metros dos meus companheiros, sem tranca e com a porta que dava para a rua principal do povoado, o quarto tinha uma cama e mais privacidade. Na primeira noite, de madrugada, fui acordada com um supetão e o contorno de um homem na porta. Levantei, disposta a começar a gritar. O moço pediu desculpas, que não sabia que o quarto – de posse comum da comunidade – estava ocupado. Sem um cadeado, acumulei cadeiras e móveis do lado de dentro da porta, me sentindo culpada, neurótica e obcecada.

O guarda

Em La Paz, visitei a autoridade PCJ em uma instituição pública em algumas ocasiões. Como de praxe, um guarda pedia que eu preenchesse o formulário com nome, número de documento, endereço e telefone e deixasse, na recepção, minha carteira de identidade, o que fiz de maneira automática. Naquela semana, recebi uma ligação do guarda, que me convidava para tomar uma cerveja. Agradei, disse que estava ocupada. Ele ligou mais vezes e eu sempre respondi da mesma forma. Parei de atender e os telefonemas viraram mensagens. Bloqueei o número. Lembrei que ele tinha meu endereço e que poderia me perseguir. Cogitei falar com a autoridade PCJ, para que ela me ajudasse com a situação. Mas o guarda poderia ser prejudicado, então eu deixei pra lá. Não aconteceu mais nada.

O diretor da organização social

Nas terras baixas, documentos cruciais à minha pesquisa estavam no arquivo de uma organização social. Solicitei acesso ao arquivo à secretaria, a partir da qual foi estabelecido o contato com pesquisadores da organização. Logo, o diretor se interessou pelo tema e passou a ser a principal in-

terlocação. Os debates eram ricos e interessantes. As reuniões foram mudando de local: do escritório para a sorveteria, para o restaurante. Passaram também do dia para a noite. Até que, em uma ocasião, o diretor me agarrou! Saí correndo e me safei, mas perdi a fonte, para sempre. Alterei o rumo da pesquisa, adotando uma perspectiva mais sociológica em detrimento da análise documental, o que gerava insegurança e vergonha. O diretor da organização seguiu enviando mensagens durante o período em que estive na Bolívia. Respondi parte delas, por medo e por culpa. Só senti coragem para não mais responder quando eu retornei para o Brasil.

O entrevistado

Um senhor que ia entrevistar em La Paz me abraçou na frente de várias pessoas com bastante força, me perguntando sobre onde eu havia passado a noite anterior e onde ficava minha casa. Eu sabia que, naquele contexto, aquele abraço não seria percebido como algo natural. Os risos das outras autoridades indígenas, homens e mulheres, ao observar a cena, fizeram com que eu sentisse vergonha e medo do que eles poderiam pensar de mim. Vergonha de que entendessem que o assédio era fundamentado em ações minhas e medo de que isso prejudicasse a minha credibilidade como pesquisadora. Isso teria um impacto muito grande em minha pesquisa, pois as pessoas ali presentes eram interlocutoras importantes para o seu desenvolvimento.

O acadêmico

Durante a pesquisa de campo, estabeleci contato com vários cientistas sociais na Bolívia, com alguns dos quais, para além de entrevistas, mantive uma comunicação para a troca de material e para solicitar sugestões e críticas a meu trabalho. Em uma conversa que começou em tom amigável com um acadêmico bem mais velho e consolidado, me foram ditos, sem qualquer precedente oferecido pela interação, detalhes íntimos de sua vida pessoal. Essa conversa, que disfarçava como desabafo a sugestão de suas relações (e disponibilidade) amorosas/eróticas, foi acompanhada da pergunta se eu “estava triste” com a informação e de uma massagem em meus ombros, pois eu “parecia tensa”. E estava. Eu respondi que preferia não saber sobre assuntos tão pessoais. Eu não estava triste, só queria desaparecer. Tentei manter nossas

conversas e encontros pessoais ao mínimo possível, para evitar que ele ficasse muito irritado – o que acontecia de tempos em tempos.

Mantendo em mente as narrativas nesta seção e o debate colocado pelas seções anteriores, podemos retomar alguns pontos. O sentimento de vulnerabilidade, de medo, tem distintos motivos. Estes homens ofereceram contatos e material de pesquisa valiosos. Então, o medo em reportar qualquer coisa reflete, por um lado, no temor de represálias que poderiam comprometer o acesso ao campo. Por outro lado, a constante possibilidade da violência sexual nos deixa sempre alerta e temerosas. Já a vergonha surge quando nos damos conta de estarmos despreparadas para das restrições e limites do trabalho de campo que nos são impostos por sermos mulheres. Mas há também a vergonha ao relatar esta história que aparentemente “não acontece nada” e saber que este “nada” continua a marcar nossas escolhas após muitos anos. Sentimos culpa, revisitando todas nossas interações, buscando em nossas ações a centelha do avanço indesejado. Há também culpa de não termos sido capazes de tornar pública a história até o momento. E de fazê-lo buscando, ao máximo, proteger não apenas nossas identidades, mas também as dos homens envolvidos, ainda que saibamos que estas interações merecem reflexão não apenas de nossa parte.

Como a academia (não) discute gênero em campo

Um problema comum a todas nós foi o insuficiente preparo para as questões que enfrentaríamos em campo. Em parte, isto é uma decorrência de nossas trajetórias acadêmicas por áreas - tal qual a ciência política, as relações internacionais ou mesmo a sociologia política - com pouca tradição, ao menos no Brasil, de uso de trabalho de campo intensivo e extensivo em outros países. Particularmente no contexto da pós-graduação nessas disciplinas, o debate sobre métodos e metodologia científica não raro se concentrou em questões teóricas ou estritamente procedimentais, deixando de lado as discussões sobre a prática de campo como uma experiência vivida. Se o debate já se via carente de reflexão sobre dilemas éticos e problemas quotidianos que poderíamos vivenciar e sobre como estes poderiam impactar nossas pesquisas e nós mesmas, a discussão acerca de como o gênero marcaria essa experiência era ainda mais ausente.

Para aquelas de nós que tivemos a experiência de realizar o doutorado no exterior, observamos que esse tipo de limitações não são exclusivas ao Brasil. De fato, há uma maior oferta de cursos e oficinas de curta duração para auxiliar na preparação de campo, mas esses foram oferecidos por coletivos de estudantes de pós-graduação ou por núcleos de formação complementar nas nossas universidades, sem compor nosso currículo formal. Isso posto, na nos-

sa experiência, a ida ao campo foi necessariamente precedida pela aprovação do comitê de ética de pesquisa da universidade, a qual inclui uma sessão sobre os potenciais riscos enfrentados em campo. Esse processo tem como objetivo identificar uma série de riscos, desde biológicos (ataques de animais selvagens, picadas de insetos etc.), até mesmo sociais e psicológicos (como o trabalho solitário e o “ataque à pessoa e/ou à propriedade”) e políticos (riscos de um golpe no país). Ao preencher o formulário, deveríamos avaliar o grau do risco e descrever nossas estratégias para reduzi-lo. Entretanto, como se tratava de um documento burocrático, cuja aprovação era necessária para a continuação da pesquisa, o preenchimento do formulário não se oferecia como instrumento adequado para problematizar questões centrais da experiência de campo. Mais além, as categorias e os problemas presumidos se baseavam, em grande parte, nas tradições científicas de outras disciplinas e eram igualmente aplicáveis a trabalhos em laboratório e in loco, quantitativos e qualitativos⁴. Finalmente, também aqui se materializava o viés masculino da pesquisa, no sentido de que, a maior possibilidade de violência de gênero se coloca como uma questão que poderia inviabilizar a continuidade da pesquisa de uma mulher, mas seria incomparavelmente menos problemática para um homem.

Contudo, mesmo na antropologia, disciplina na qual a reflexão e discussão sobre o trabalho de campo são centrais, ainda se mostra incipiente o debate sobre como o gênero marca nossa experiência de campo, tanto no Brasil como no exterior. Em muito dos casos nos quais se discutia acerca de nossas subjetividades como pessoas generificadas, o foco se voltava para a identificação de “vantagens e desvantagens” de ser mulher em campo - especialmente com relação ao acesso a determinados grupos -, em um debate desidratado de suas expressões mais incômodas: E se nos assediassem? E se nos violassem? E se escolhêssemos não ir a determinados lugares ou entrevistar determinadas pessoas porque tínhamos medo?

As respostas imediatas a estas questões, que nos repetimos incansavelmente durante o trabalho de campo, era a de que, enquanto mulheres, esse medo era constitutivo da nossa experiência no e do mundo. Assim, como em outros momentos da nossa vida acadêmica, nos acostumamos a ver esse debate como algo da nossa esfera pessoal, algo que escolhemos fazer na contramão do que seria considerado padrão (masculino) e que teríamos que, de certa maneira, “arcar com as consequências” das dificuldades que viriam. Como já expusemos neste artigo, esse tipo de raciocínio de fato reconhece nossas existências como mulheres, mas colocava nas nossas próprias costas o peso de contornar

⁴ As poucas pesquisas em ciências humanas que buscam a aprovação ética formal de suas universidades no Brasil também passam pela mesma dificuldade de inadequação de critérios, ver Diniz (2008).

as dificuldades, resultando em sentimentos repetidos de culpa e fracasso. Destarte, nossas estratégias de posicionamento nesse complexo jogo de estereótipos e violências, mesmo quando “bem-sucedidas”, deixaram a muitas de nós com um sentimento de hipocrisia e convivência com lugares de gênero com os quais discordávamos fundamentalmente.

Uma resposta individual é insatisfatória porque ignora e/ou mascara o fato de que o machismo, todavia, é estruturante e transversal à academia. Neste sentido, nossas vivências generificadas não se resumem ao âmbito pessoal, mas são também parte do exercício de nossa vida profissional, onde também deve ser problematizado esse aspecto como parte da prática cotidiana. Pensando retrospectivamente, nossa vivência do campo teria se beneficiado de uma reflexão prévia sobre como mitigar experiências negativas, como avaliar riscos para tomar decisões informadas e, finalmente e não menos importante, quais mecanismos a própria academia poderia nos oferecer de apoio e proteção. Uma maneira adequada de nos preparar nesse sentido teria sido, por exemplo, a inclusão do debate sobre gênero e campo nos nossos cursos de metodologia e nos inúmeros seminários de pesquisa que participamos como estudantes de mestrado e doutorado. A incorporação de uma perspectiva crítica sobre como gênero e pesquisa se entrelaçam e se afetam mutuamente deve ser transversal à academia e não se limitar ao debate feminista e às conversas realizadas nos “grupos de sobrevivência”, tal qual o que escreve este artigo.

Durante o campo, as conversas e trocas de experiências que tivemos entre nós sobre ser mulher pesquisadora na Bolívia nos ajudaram a pensar estas problemáticas de maneira coletiva e a suprimos essa necessidade de debate ainda que de maneira insatisfatória, na ausência de respaldo acadêmico, de outras leituras e reflexões. Neste sentido, ainda que soubéssemos que nossas experiências eram marcadas por questões estruturais de desigualdades de gênero tanto na sociedade boliviana, quanto no nosso ambiente acadêmico de origem, tivemos grande dificuldade de abordar esta questão nas nossas dissertações, teses e demais trabalhos acadêmicos. Não conhecíamos nenhuma bibliografia específica sobre o assunto e carecíamos de palavras e instrumentos conceituais para lidar com estas experiências em campo. O incômodo causado por esse silêncio ou por falar parcialmente sobre nossa posicionalidade em campo por essa ausência de léxico foi, contudo, um grande motivador para esta reflexão coletiva apresentada aqui.

Encruzilhadas: considerações finais

Lidar com a nossa condição de gênero em campo significou, muitas vezes, uma encruzilhada em nossos processos de pesquisa. As respostas que demos a cada situação vivida, algumas aqui descritas, foram definidoras do ritmo e do modo como se desenvolveria a coleta dos dados. Em alguns casos, foram

definidoras do escopo, do objeto, da perspectiva de análise. Algumas vezes escolhemos trabalhar com comunidades específicas porque lá as mulheres eram melhor aceitas, o que acarretou em uma mudança considerável de objeto de estudo. Outras vezes, não aceitamos o convite de uma liderança comunitária para desenvolver trabalho em seu município porque a hora e a forma como o convite foi feito eram inadequadas. Também já deixamos de acessar um arquivo, biblioteca ou banco de dados porque o caminho até eles implicava em assédio por parte do homem que controlava seu acesso.

No cotidiano da pesquisa em campo feita por mulheres, muitos caminhos são evitados, contornados, substituídos. Qual o impacto, para o pesquisador, de uma mudança de rumo na pesquisa que tem a ver com a sua “figura pessoal” e não motivada por questões internas ao seu projeto de pesquisa? Nesse caso, falamos da pesquisadora, gênero marcado por papéis sociais inferiorizados estruturalmente ao longo da história, sob o patriarcado. Na rota de fuga do risco imposto pela condição de gênero em campo, não nos são apresentadas muitas alternativas. Criamos espontaneamente entre nós uma rede de sobrevivência, pois, nossa condição de mulheres em campo atravessava nossas pesquisas, independente das nossas escolhas. Essa rede compreendeu desde o compartilhamento do cotidiano e da vida privada em campo à busca de soluções teóricas que iluminassem uma das trilhas da encruzilhada. Aprofundamos – muito – aquele primeiro contato entre pós-graduandas “bolivianistas”, indicadas por amigos e colegas, nos envolvendo com as pesquisas umas das outras e nos preocupando com o nosso bem-estar pessoal e profissional. Porém, acreditamos ser possível trilhar um caminho que ofereça mais ferramentas para nós mulheres pesquisadoras.

A busca por estas ferramentas não foi um processo linear e sem obstáculos. Para a escrita deste artigo, nos debatemos inúmeras vezes com relação ao nosso “tom”, à procura de um registro afinado das nossas experiências, sobre porquê contá-las, sobre o quê queríamos com isso. Sabíamos com precisão o que não queríamos: não queríamos ocupar o lugar de vítimas, não queríamos dizer que pesquisas feitas por mulheres são piores porque enfrentam adversidades, não queríamos que nossas conclusões prejudicassem nossa agência e nossa capacidade de definir onde e como fazer o campo. Sobretudo, não queríamos que nosso texto fosse lido como um “não vá, não faça”.

Além disso, nossa crítica a uma suposta “neutralidade acadêmica”, que reafirma um sujeito universal masculino muito específico, também nos leva a rechaçar um sujeito feminino universal. Não queríamos, portanto, obliterar o fato de que somos mulheres que detêm diferentes privilégios em relação aos marcadores de raça, sexualidade, classe, idade, etc., e que, portanto, nossas experiências estão relacionadas a especificidades que não podem ser generalizadas a todas as mulheres. Ainda assim, consideramos que as experiências aqui relatadas podem nos ajudar a pensar uma academia mais plural e mais atenta a estas especificidades.

O ponto central que norteia este trabalho é o entendimento de que os padrões acadêmicos vigentes ignoram o assédio e a violência sexual como problemas do campo e da produção acadêmica como um todo, isolando-os como problemas específicos da mulher. Assim, como já colocado acima, é essencial que estas questões sejam tratadas pela comunidade acadêmica como um todo, em cursos de metodologia e em seminários de pesquisa, por exemplo, e não fiquem somente restritas a grupos de mulheres que se apoiam mutuamente, por mais importantes que estes sejam.

Nesse sentido, a principal contribuição deste trabalho é a de criar vocabulário entre nós, preencher as lacunas dos silêncios que nos fomos impondo durante tantos anos por não conseguirmos expressar com precisão o significado dessas experiências que nos unificavam. Ao levantarmos bibliografia para elaborar este texto, percebemos que uma série de aspectos que marcaram nossas experiências também apareceram nas de outras mulheres, e que, não fosse a preocupação em escrever este texto, dificilmente teríamos lido artigos que discutem esses temas, publicados, em sua maioria, em língua inglesa e de acesso limitado. Este texto é um esforço para contribuir com o desenvolvimento de um léxico e de um conjunto de ferramentas que permita às pesquisadoras mulheres lidarem com o que encontram em campo sem se diminuïrem ou se culparem, sem questionarem a qualidade de sua contribuição acadêmica, permitindo que vislumbrem alternativas para as adversidades encontradas em campo e contribuindo para o avanço do debate sobre gênero, campo e academia.

Referências Bibliográficas

- ABSI, Pascale. *Los ministros del diablo*. El trabajo y sus representaciones en las minas de Potosí. La Paz: PIEB; IRD; IFEA; Embajada de Francia, 2005.
- BELL, Diane; CAPLAN, Patricia; KARIM, Wazir-Jahan Begum (eds.). *Gendered fields: Women, men and ethnography*. London and New York: Routledge, 1993.
- BERRY, Maya J.; AGUËLLEZ, Claudia Chávez; CORDÍS, Shanya; IHMOUD, Sarah; ESTRADA, Elizabeth Velásquez. Towards a fugitive anthropology: gender, race, and violence in the field. *Cultural Anthropology*, 32 (4), 2017, pp. 537-565.
- BROWN, Leslie; STREGA, Susan. *Research as resistance: Critical, indigenous and anti-oppressive approaches*. Toronto: Canadian Scholars' Press, 2005.
- BUARQUE DE ALMEIDA, Heloisa. Mulher em campo: Reflexões sobre a experiência etnográfica. In: BUARQUE DE ALMEIDA, Heloisa; COSTA, Rosely Gomes; RAMÍREZ, Martha Celia; SOUZA, Erica Renata. *Gênero em Matizes*. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2002, pp. 49- 89
- DINIZ, Débora. Ética na Pesquisa em Ciências Humanas - Novos Desafios. *Ciência & Saúde Coletiva*, 13(2), 2008, pp. 417-426.

- EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. (Publicação original: 1937).
- FREITAS, Carolina Cotta de Mello. *Entre wiphalas, polleras e ponchos: Embates entre os discursos de CONAMAQ, do Estado Plurinacional da Bolívia e do Direito Internacional*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP) 2013.
- GOLDE, Peggy (ed). *Women in the field: Anthropological experiences*. Berkeley: University of California Press, 1986.
- HALE, Charles R. Activist research v. cultural critique: Indigenous land rights and the contradictions of politically engaged anthropology, *Cultural Anthropology*, 21 (1), 2006, pp. 96-120.
- HARRIS, Olivia. *To Make the Earth Bear Fruit*. Essays on Fertility, Work and Gender in Highland Bolivia. London: ILAS, 2000.
- KASPAR, Heidi; LANDOLT, Sara. Flirting in the field: shifting positionalities and power relations in innocuous sexualisations of research encounters. *Gender, place and culture*, 23 (1), 2016, pp. 107-19.
- KULICK, Don; WILLSON, Margaret (eds). *Taboo: sex, identity and erotic subjectivity in anthropological fieldwork*. London and New York: Routledge, 1995.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1976. (Publicação original: 1922.)
- MINTZ, Sidney. Encontrando Taso, me descobrindo. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 27 (1), 1984, pp. 45-58.
- MORENO, Eva. Rape in the field: reflections from a survivor. In: KULICK, Don; WILLSON, Margaret (eds). *Taboo: sex, identity and erotic subjectivity in anthropological fieldwork*. London and New York: Routledge, 1995.
- RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. *The Andaman Islanders*. Glencoe, Illinois: Free Press, 1948 (Publicação original: 1922).
- RAPPAPORTt, Joanne. Beyond participant observation: collaborative ethnography as theoretical innovation, *Collaborative Anthropologies*, 1, 2008. pp. 1-31.
- RIVERS, William Halse. *The Toda*. London, New York: Macmillan, 1906.
- ROSS, Karen. “No sir, she was not a fool in the field”: gendered risks and sexual violence in immersed cross-cultural fieldwork. *The professional geographer*, 67 (2), 2015, pp. 180-6.
- WOLF, Diane L. (Ed) *Feminist dilemmas in fieldwork*. Boulder, Colorado e Oxford: Westview Press, 1996.

autoras **Caroline Cotta de Mello Freitas**

É professora Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo - FESPSP. Graduiu-se em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (2000), é mestra em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (2004), e doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (2013).

Rafaela Nunes Pannain

Pós-Doutoranda no Cebrap com estágio de pesquisa no Instituto Latino-Americano, Freie Universität Berlin (2017-2018). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004), mestrado em Ciência Política/Relações Internacionais pela Université Paris 1 Sorbonne (2008) e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2014).

Heloísa Marques Gimenez

É docente na Universidade Federal da Integração Latino-americana (Unila), em Foz do Iguaçu, Paraná. Possui doutorado em Relações Internacionais (UnB, 2015), mestrado em Integração da América Latina (PROLAM/USP, 2010) e graduação em Relações Internacionais (UNESP-Franca, 2006).

Sue A. S. Iamamoto

Possui graduação em Comunicação Social – Jornalismo (2008) e mestrado em Ciência Política (2011), ambos pela Universidade de São Paulo e doutorado em Ciência Política pela Queen Mary University of London (2011-2016). É professora adjunta no Departamento de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia.

Aiko Ikemura Amaral

Doutoranda em Sociologia pela University of Essex com bolsa CAPES. É mestra em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (2014) e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (2011).

Recebido em 31/12/2017

Aceito para publicação em 13/03/2018